PROJETO BÁSICO

I – IDENTIFICAÇÃO

- 1. Tema: Curso sobre planejamento, licitação, contratação, execução e fiscalização de obras públicas de edificações administrativas.
- 2. Unidade Responsável: SCI/CNJ.
- 3. **Público-Alvo:** servidores lotados nas unidades de controle interno dos tribunais e conselhos.
- **4. Coordenação:** Secretaria de Controle Interno (SCI) e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud).

II – JUSTIFICATIVA

A sociedade brasileira reclama mais rigor dos gestores na aplicação dos recursos públicos e exige mais fiscalização e acompanhamento na execução das obras contratadas.

O CNJ, preocupado com a qualidade do gasto nas obras contratadas no Poder Judiciário, aprovou a Resolução CNJ nº 114/2010, a qual dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras, com indicação de parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de BDI, critérios mínimos para habilitação técnica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis, bem como a indicação de referência de áreas a serem utilizadas por ocasião da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis.

Referida resolução atribui às unidades ou núcleos de controle interno dos tribunais e conselhos várias competências, o que exige capacitação dos servidores para que exerçam tal mister com qualidade e desenvoltura.

III – ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do CNJ estabelece o seguinte objetivo estratégico:

Tema	Objetivo	Descrição
Gestão de Pessoas	Desenvolver	Garantir que magistrados e
	conhecimentos, habilidades	servidores possuam
	e atitudes de magistrados e	conhecimentos, habilidades
	servidores.	e atitudes essenciais ao
		alcance dos objetivos
		estratégicos.

A Resolução CNJ nº 111/2010, que instituiu o Centro de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário (CEAJud), estabelece entre as suas competências:

Art. 2° Constituem atribuições do CEAJud: (...)

II – promover treinamentos, cursos, seminários e outras ações de educação corporativa, priorizando-se o ensino a distância.

O curso será realizado com o apoio do Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, conforme Acordo de Cooperação Técnica CNJ nº 087/2010, cópia anexa.

IV – PÚBLICO-ALVO

Servidores lotados nas unidades de controle interno dos tribunais e conselhos.

V – OBJETIVO GERAL

Ao final do curso, espera-se que o participante seja capaz de analisar processos relacionados à contratação de obras públicas, envolvendo o planejamento, a elaboração de projetos, de editais de licitação, a execução e fiscalização dos contratos, em consonância com a Resolução CNJ nº 114/2010 e os entendimentos do Tribunal de Contas da União relacionados ao tema.

1. Períodos de realização, horários e tutores:

1 ^a turma	2ª turma	3 ^a turma
Período: 7 a 9/5/2014 Carga horária: 24 horas Público-alvo: servidores lotados na unidade ou núcleo de controle interno.	Período: 21 a 23/5/2014 Carga horária: 24 horas Público-alvo: servidores lotados na unidade ou núcleo de controle interno.	Período: 13 a 15/8/2009 Carga horária: 24 horas Público-alvo: servidores lotados na unidade ou núcleo de controle interno.
1º dia 9h às 13h – Gustavo Pereira Olkowski – 4h 14h30 às 16h30 – Gustavo Pereira Olkowski – 2h 16h30 às 18h30 – Marcos Donizete Machado – 2h	1º dia 9h às 13h — Gustavo Pereira Olkowski — 4h 14h30 às 16h30 — Gustavo Pereira Olkowski — 2h 16h30 às 18h30 — Marcos Donizete Machado — 2h	1º dia 9h às 13h – Gustavo Pereira Olkowski – 4h 14h30 às 16h30 – Gustavo Pereira Olkowski – 2h 16h30 às 18h30 – Marcos Donizete Machado – 2h
2º dia 9h às 13h – Marcos Donizete Machado – 4 h 14h30 às 18h30 – Viviane Azzolin de Carvalho Pires – 4h	2º dia 9h às 13h – Marcos Donizete Machado – 4 h 14h30 às 18h30 – Viviane Azzolin de Carvalho Pires – 4h	2º dia 9h às 13h – Marcos Donizete Machado – 4 h 14h30 às 18h30 – Viviane Azzolin de Carvalho Pires – 4h
3º dia 9h às 11h – Viviane Azzolin de Carvalho Pires – 2h 11h às 13h – Rommel dias Marques Ribas Brandão – 2h 14h 30 às 18h 30 – Rommel Dias Marques Ribas Brandão- 4h	3º dia 9h às 11h – Viviane Azzolin de Carvalho Pires – 2h 11h às 13h – Rommel dias Marques Ribas Brandão – 2h 14h 30 às 18h 30 – Rommel Dias Marques Ribas Brandão- 4h	3º dia 9h às 11h – Viviane Azzolin de Carvalho Pires – 2h 11h às 13h – Rommel dias Marques Ribas Brandão – 2h 14h 30 às 18h 30 – Rommel Dias Marques Ribas Brandão- 4h

4^a turma

Período: 20 a 22/8/2014 Carga horária: 24 horas

Público-alvo: servidores lotados na unidade ou núcleo de controle interno.

1° dia

9h às 13h - Gustavo Pereira Olkowski - 4h

14h30 às 16h30 - Gustavo Pereira Olkowski -2h

16h30 às 18h30 - Marcos Donizete Machado - 2h

<u>2° dia</u>

9h às 13h - Marcos Donizete Machado - 4 h

14h30 às 18h30 - Viviane Azzolin de Carvalho Pires - 4h

3° dia

9h às 11h – Viviane Azzolin de Carvalho Pires – 2h

11h às 13h – Rommel dias Marques Ribas Brandão – 2h

14h 30 às 18h 30 - Rommel Dias Marques Ribas Brandão- 4h

2. Metodologias a serem adotadas:

- a) Exposição oral; e
- b) Estudo de caso.

3. Recursos a serem utilizados e fornecidos pelo CNJ:

- a) quadro branco ou Flip-chat;
- b) canhão de projeção com MS-PowerPoint; e
- c) outros itens, a critério do instrutor.

4. Instrutores:

Marcos Donizete Machado, Pós-graduação em grau de especialização.

Gustavo Ferreira Olkowski, Pós-graduação em grau de especialização.

Rommel Dias Marques Ribas Brandão, Pós-graduação em grau de especialização. Endereço de e-mail:

Viviane Azzolin de Carvalho Pires, Pós-graduação em grau de mestrado.

5. Inscrições

As inscrições serão feitas por meio do *e-mail* controleinterno@cnj.jus.br com encaminhamento do nome completo do servidor, matrícula, endereço de *e-mail* para contato e telefone celular.

6. Conteúdo Programático do Curso

- Dados e estatísticas das fiscalizações de obras do TCU.
- Introdução aos principais tipos de irregularidades:
 - Sobrepreço/superfaturamento;
 - o Projeto básico deficiente;
 - o Restrição ao caráter competitivo da licitação;
 - o Conluio;
 - Alterações contratuais irregulares;
 - o Jogo de Planilha;
 - o Extrapolação dos Limites de Alteração Contratual;
 - o "Química".
- Resolução CNJ 114/2010 visão geral.
- Fluxograma geral de um processo de contratação e execução de obra pública.
- Disposições orçamentárias relacionadas a obras públicas.
- Fase preliminar à licitação (caracterização da demanda, proposta orçamentária PPA, LDO e LOA, programa de necessidades, EVTE, anteprojeto).
- Projeto básico.
- Tópicos sobre projeto básico incompleto ou deficiente.
- Projeto executivo.
- Sustentabilidade.
- Desempenho, operação e manutenção.
- Plano de Ocupação e Projetos de leiaute.
- Tópicos acerca da contratação de projetos de edificações.
- Editais de licitação de obras de edificação.
- Regimes de execução.
- Empreitada por preço global (EPG).
- Empreitada por preço unitário (EPU).
 Parcelamento x Fracionamento do objeto.
- Exigência de visita técnica do licitante.
- Prestação de garantia de participação.
- Participação de consórcios.
- Critério de Aceitabilidade de Preços Unitários (CAPU).
- Exigências de qualificação econômico-financeira.
- Exigências de qualificação técnico-operacional e profissional.
- Capacidade técnico-operacional.
- Capacidade técnico-profissional.
- Fase Contratual.
- Fiscalização e supervisão.
- Preposto mantido pela empresa no local da obra.
- Manual do usuário e documentação "como construído" (as built).
- Diário de obras.
- Medições EPU x EPG.
- Pagamentos/Antecipação.
- Início dos serviços.
- Instalações e ligações provisórias.
- Prazos de execução das etapas contratuais.
- Qualidade de execução de um serviço de engenharia.
- Superfaturamento de Qualidade e Subcontratação.
- Reajuste, revisão, manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
- Quando é devido aditivo de prazo à empresa.
- Aditivos contratuais em EPU e EPG.
- Aplicação de penalidades à contratada.

- (In) conclusão da obra.
- Recebimento provisório e definitivo.
- Concessionárias de serviços públicos.
- Habite-se e Licença Ambiental de Operação.
- Logística da mudança.
- Plano de Manutenção.
- Garantia da edificação.
- Auditorias de Obra no TCU Visão Geral.
- Procedimentos de Auditoria.
- Tópicos sobre responsabilização em processos de obras públicas.
 Tópicos sobre Tomada de Contas Especial em processos de obras públicas.

VII – LOGÍSTICA E INVESTIMENTO

Os custos de contratação dos tutores correrão à conta de recursos orçamentários do CNJ, que oferecerá:

- a) estrutura física composta de sala de aula climatizada equipada com recursos de informática e projetores, com capacidade para até 30 pessoas;
- b) sala destinada à realização do coffee break;
- c) apoio logístico;
- d) certificado de participação; e
- e) material de apoio com pasta, canetas e bloco de anotações.

O instituto Serzedello Corrêa, escola corporativa do Tribunal de Contas da União, providenciará:

- a) seleção e indicação dos auditores federais de controle externo que atuarão como tutor; e
- b) apostila e cadernos de exercícios impressos.

Para o pagamento dos instrutores, serão utilizados recursos orçamentários da rubrica de Capacitação de Recursos Humanos do CNJ, com base nos valores determinados pela Instrução Normativa CNJ nº 20/2009, cujos cálculos serão elaborados pelo CEAJud.